

# POLÍTICAS DE LEITURA DO PROLER - O CASO DA UFU

**Joyce Caroline Feitosa Queiroz Moura**  
**(Licencianda em Pedagogia - UFU)**  
**Karina Klinke**  
**(Professora Doutora – UFU)**

## RESUMO:

O objetivo desta investigação é compreender como as políticas de governo contribuem para o desenvolvimento do senso crítico dos sujeitos através do incentivo à leitura literária. Dentre as políticas escolhi analisar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e a firmação de parcerias com instituições e sociedade civil. Neste sentido questiono a implantação do PROLER na UFU para conhecer como as comunidades são por ela beneficiadas. A pesquisa está em andamento, sendo realizada a partir de análise dos documentos do governo, pesquisa bibliográfica de artigos científicos publicados no *Scientific Electronic Library Online*(SciELO), em Anais de congressos realizados no Brasil, teses e dissertações, que abordem o tema. Os resultados ainda são parciais e até o momento foi possível observar que o Programa é bastante abrangente, mas cabe entender quem de fato está sendo beneficiado. Conclui-se que entre a proposta e a abrangência há um diferencial que merece ser minuciosamente investigado.

**Palavras-chave: PROLER, UFU, Leitura, Literatura.**

## 2. Introdução e Justificativa

O presente trabalho surge de inquietações referentes ao desenvolvimento de um sujeito crítico e participativo na sociedade contemporânea, tema de extrema relevância na formação que recebemos no curso de licenciatura na UFU. Nessa, surge a pergunta inicial desta proposta de investigação: quais os instrumentos que as atuais políticas de governo oferecem para a formação desse sujeitos crítico e participativo?

Durante a formação em licenciatura é possível compreender a importância da literatura na educação do ser para que ele possa ter uma postura crítica referente aos acontecimentos sociais. Aprendemos isto claramente em algumas disciplinas, sobre como o sujeito se desenvolve como agente leitor e como os atos de ler e escrever o torna um agente de sua própria história; como, na história do sujeito, ele se desenvolve no sentido de se tornar um ser pensante sobre os acontecimentos sociais, capaz de reconhecer as culturas existentes na sociedade e perceber como as políticas públicas influenciam a vida em sociedade. Em outras disciplinas é mostrado o papel do professor e seu significado na formação desse ser humano (aluno) pensante e crítico, constituído e construtor de vivências em sociedade.

Neste processo de formação as inquietações que já nos afligiam sobre como o ser humano se desenvolve e os componentes dos quais ele precisa para ter este desenvolvimento, somente aumenta. Então, como ajudar o aluno a ser crítico em sua leitura de mundo se existe uma lacuna na formação

dos sujeitos no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e da escrita? Atualmente não são muitos os que conseguem fazer uso social dessas, mesmo que o governo federal, há vários anos, esteja investindo na melhoria da educação básica.

Pesquisas do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), que ainda opera com o conceito de analfabetismo, “distingue três níveis de habilidades na população alfabetizada: o nível rudimentar, o básico e o pleno.” (RIBEIRO, 2006, s/p) Como explica Vera Masagão Ribeiro:

Ainda que os três níveis tenham algum grau de funcionalidade, ou seja, correspondam a habilidades que as pessoas podem aplicar em determinados contextos, somente o nível pleno pode ser considerado como satisfatório, aquele que permite que a pessoa possa utilizar com autonomia a leitura e a matemática como meios de informação e aprendizagem. (RIBEIRO, 2006, s/p)

Este “nível pleno” é o que poucas pessoas da população brasileira alcançam, o que dificulta a compreensão da leitura de forma autônoma, como mostram os índices tabulados por Vera Masagão Ribeiro:

Resultados do Inaf - Habilidades de leitura				
Nível	Leitura e escrita			
	2001	2003	2005	Diferença 2001 - 2005
Analfabeto	9%	8%	7%	- 2 pp
Alfabetizado Nível Rudimentar	31%	30%	30%	- 1 pp
Alfabetizado Nível Básico	34%	37%	38%	+ 4 pp
Alfabetizado Nível Pleno	26%	25%	26%	--

Fonte: RIBEIRO, Vera Masagão. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. Boletim INAF. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2006.

Segundo dados mais recentes de janeiro de 2014, “o Brasil é o oitavo país do mundo com maior taxa de analfabetismo entre adultos”. (AGÊNCIA BRASIL, 2014) Esta afirmativa do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, mostra que o Brasil tem “12,9 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais”. (Idem) De acordo com os dados divulgados, há uma diminuição mínima “entre 2000 e 2011, essa taxa caiu 1%. O número de adultos analfabetos em 2011 era 774 milhões e a projeção é que até 2015 esse número caia para 743 milhões.” (Idem) Ou seja, a perspectiva é de uma queda de apenas 4% nos índices, após 11 anos de investimento.

Estes dados vão ao encontro de nossas inquietações quando de nossa participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), atuando na etapa de ensino em que se inicia a alfabetização. Nesta experiência pudemos observar que a literatura não era utilizada como instrumento de formação de leitores. Quando acontecia da professora ler para os alunos era ela quem manuseava os livros, mas os alunos não podiam sequer pegá-lo para ver como é montado,

como o texto é disposto, como as imagens ajudam a compor as histórias.

Depois da leitura oral, ela os colocava para desenhar sobre a história contada sem explicitar o objetivo da ação, o que indicava visar apenas o desenvolvimento motor. Com as crianças não eram trabalhados atributos como os de autoria e desenvolvimento da narrativa, nem mesmo eram questionadas as impressões dos alunos sobre o texto narrado. Esta experiência aguçou ainda mais nossos questionamentos iniciais sobre como acontece a formação de sujeitos leitores se, desde pequenos já lhes é ensinado que o livro é apenas mais um trabalho chato e cansativo. Também passamos a questionar os discursos que são elaborados sobre as práticas de leitura literária.

Ao questionarmos a professora sobre isso, ela nos relatou que a escola determina que os alunos não possam pegar os livros porque eles os estragam. Esta explicação nos provocou outro questionamento: como realizar a formação de sujeitos pensantes se eles não podem pensar sozinhos, sempre tem que ter uma pessoa manipulando suas experiências, com se os alunos não conseguissem desenvolver a leitura pela própria experiência literária?

Isso nos trouxe novos incômodos sobre qual seria a real importância dada à leitura literária, pois nas vivências como bolsista na escola básica observamos como a literatura é pouco trabalhada com os alunos, pois eles não têm nem mesmo acesso ao livro, ficam apenas presos às folhas fotocopiadas e não é trabalhado com eles o verdadeiro sentido e a importância da leitura. Passamos, então, a questionar sobre o papel da sociedade, da escola e do governo para com o incentivo à leitura, que aprendemos ter grande potencial para formar sujeitos crítico diante dos acontecimentos sociais e políticos da sociedade. Há, todavia, programas de governo que vêm, há mais de 20 anos, investindo na educação brasileira e com especial atenção ao incentivo à leitura. Mas como eles são realizados?

Iniciamos, então, uma sondagem sobre os programas do governo através dos quais é incentivada a formação de leitores. Em contato com os estudos desenvolvidos em grupo de pesquisa do orientador e seu projeto, que tem o mesmo viés de minhas angústias – os atuais programas de governo para o acesso ao livro literário e promoção de sua leitura –, decidi investir no estudo do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), ao qual me identifiquei mais devido às contribuições que parece proporcionar junto à sociedade.

O PROLER teve início em 1996, durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com o objetivo de desenvolver uma sociedade na qual as pessoas pudessem gostar de literatura e entender como a mesma pode ajudá-las a se posicionar junto aos acontecimentos sociais, de modo a proporcionar uma formação sólida de cidadãos críticos e participativos. O Programa foi instalado na Casa da Leitura, no Rio de Janeiro, com o compromisso de promover ações de valorização social por meio da leitura, que reconhece a importância da leitura e da literatura para a construção da cidadania. (RELATÓRIO, 2010)

A linha de ação Programa era a formação de leitores críticos em sua atuação específica, contemplando não somente professores, mas todos os que pudessem estar inseridos como agentes transmissores deste desenvolvimento, como bibliotecários, monitores, agentes sociais, etc.

Um dos principais objetivos do Programa era tentar minimizar a fragilidade das intervenções pedagógicas nas escolas, bem como a precaridade das bibliotecas, sendo esses dois os motivos apontados para a falta de formação de leitores dentro das escolas, pois as mesmas eram, segundo o texto do Programa, espaços de democracia. O PROLER apontava também a importância de uma boa relação entre a família e a escola, pois para que existisse uma boa formação dos sujeitos, todos teriam que trabalhar juntos para contribuir de fato com sua formação através da troca de experiências e desenvolvimento coletivo.

Houve, todavia, uma ruptura do Programa em 2002, devido, segundo seu próprio texto, à mudança de governo – final do segundo mandato de FHC – ocorrendo uma quebra dos recursos através da qual ele ficou praticamente abandonado. Em 2006 – final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) – o PROLER volta com força total e firmando parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Na nova postura do Programa ele assume parcerias com outros vários tipos de comitês e seu objetivo deixa de ser desenvolver ações voluntárias de cunho privado, passando a trabalhar ao lado do governo federal, a partir de um termo de compromisso. Passa a trabalhar como uma rede de cooperação entre o governo federal e a comunidade envolvida em programas de governo.

Os Princípios e diretrizes do atual PROLER são:

- a) o respeito à diversidade de concepções e práticas relativas à leitura;
- b) o reconhecimento às iniciativas autônomas da sociedade civil em favor da leitura;
- c) a conciliação de aspectos culturais e educacionais ligados à leitura. (RELATÓRIO, 2010, p.15)

No texto do atual Programa as escolas públicas são consideradas responsáveis pelos maiores índices de atendimento devido ao grande número de alunos e sua carência pedagógica. A meta agora é desenvolver com os alunos o incentivo à leitura através de políticas públicas, cuja proposta seja uma educação de qualidade. Segundo o Relatório de 2010, os comitês que atuaram no período de 2006-2010 são vinculados a: Prefeituras; Secretarias Municipais; Secretarias Estaduais; Universidades Públicas e Privadas; Fundações Públicas e Privadas; Bibliotecas Públicas, Instituto Educacional e Organização Não Governamental.

Durante a leitura de documentos sobre o PROLER descobrimos que nossa Universidade era uma de suas parceiras, o que nos despertou o interesse em desenvolver uma pesquisa não somente

sobre o histórico do Programa, como também sobre seu desdobramento na UFU. Para tanto, buscaremos saber como ele atinge as comunidades envolvidas, os municípios de: Gurinhatã, Santa Vitória, Monte Carmelo e Uberlândia. Advém desta escolha o questionamento da presente proposta de investigação: qual o histórico do PROLER na UFU? Está vinculado a qual unidade acadêmica? Quais os responsáveis pelo seu desenvolvimento? Quais as comunidades atendidas? Há parceria com quais outras instituições? Como ele procura atender as comunidades? Quais seus avanços que o Programa proporcionou para a comunidade acadêmica?

Temos, assim, por objetivo compreender a política de leitura do PROLER a partir da parceria com a UFU, através da análise das propostas existentes na política do PROLER; do conhecimento dos processos de implantação e o desenvolvimento do PROLER na UFU; da verificação da compatibilidade da política do PROLER com seu desenvolvimento na UFU.

Os procedimentos metodológicos para conhecimento do PROLER serão a busca da história de sua implantação e seu desenvolvimento na UFU, através de uma pesquisa documental que abrange o levantamento e a análise de toda a documentação oficial e material impresso disponível na Universidade, como: material pedagógico, comprovantes de parcerias, material iconográfico, relatórios, etc.

Neste procedimento consideraremos os textos como parte da memória coletiva e levaremos em consideração, como nos ensina Fustel de Coulanges sobre o trato com os documentos:

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única... Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apoiam em documentos; deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por esta razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos. (DE COULANGES apud LE GOFF, 1996, p.536)

Tomaremos, portanto, a palavra “documento” em sentido mais amplo, “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.(SAMARAN apud LE GOFF, 1996, p.540) A partir dos documentos selecionados sobre o objeto, escolheremos aqueles que nos trazem indícios sobre nossas perguntas e, após uma segunda seleção, aplicaremos a AD nos trechos selecionados.

Para nos mantermos “o mais próximo possível dos textos” desenvolveremos com eles, como diz Giselda Brito Silva (2012, s/p), “algum trabalho de análise do discurso para interpretação e compreensão seguida da escrita da história para leitura do presente.” Isto significa nos apropriarmos

da técnica da Análise do Discurso da escola francesa para entendermos os textos como parte “de falas, de vozes, de pensamentos; são resultados de práticas culturais, políticas e sociais transcritas, interpretadas e também provenientes de um campo de compreensão. Ler significa prolongar, estender e ampliar a compreensão que já lá está.” (Idem)

Através do entendimento da formação discursiva dos textos, procuraremos entender “de que forma se dá a produção de sentidos e relacioná-los com a ideologia”. (ROSA et al, 2012, p.74). Para tanto, consideraremos os textos dos documentos como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício de função enunciativa.” (MAINGUENEAU, 1997, p.33). Nesta perspectiva, entendemos os próprios textos como produtores de sentidos que proporcionarão a compreensão do objeto.

A fim de entender melhor o contexto em que ocorreram os fatos, analisaremos também alguns trabalhos científicos produzidos sobre o momento histórico. Os trabalhos serão selecionados através de uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos publicados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em Anais de congressos realizados no Brasil (Qualis CAPES), teses e dissertações, que abordem o PROLER.

Ambas as fontes serão correlacionadas a fim de entendermos o contexto mais amplo em âmbito nacional e estabelecendo um paralelo com o contexto local. Para tanto, utilizaremos a fundamentação teórico-metodológica da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, ou seja, procuraremos interpretar a história do pensamento. Buscaremos, assim, interpretar as regularidades discursivas existentes nos documentos a partir dos enunciados presentes nos textos, na perspectiva de comparar os fatos enunciados, conhecer suas contradições, perceber as mudanças e transformações.

Será, portanto, através da produção de um estudo em história contemporânea que pretendemos contribuir tanto para a história da leitura no Brasil, quanto para a história da educação, que vivencia o difícil ofício de garimpar documentos dentre os poucos que são arquivados nos estabelecimentos de ensino.

## **6. Referências:**

AGÊNCIA BRASIL. Unesco: Brasil tem quase 13 mi de analfabetos adultos e é 8o no mundo. 29 de janeiro de 2014, 06h31, atualizado às 08h49. Disponível em:<http://noticias.terra.com.br/educacao/unesco-brasil-tem-quase-13-mi-de-analfabetos-adultos-e-e-8-no-mundo,5c15a2a6cb3d3410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>> Acesso em: 26 abr. 2014.

LE GOFF, J. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MAINGUENEAU D. Novas Tendências em Análise do Discurso. Traduzido por Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

RELATÓRIO 2010. Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/Relat%C3%B3rio%20Final%202010.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2014

RIBEIRO, V. M. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. Boletim INAF. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2006.  
Disponível em: <<http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2014.

ROSA, D. C. da; FRIGERI, E. M.; SOARES, T. C. S.; BAUMGARTNER, C. T.. Análise do discurso na tirinha “Mafalda”. Identidade Científica. Presidente Prudente-SP, v. 3, n. 1, p. 72-83, jan./jun.2012. Disponível em: [http://www.unoeste.br/facopp/revista\\_facopp/IC5/IC56.pdf](http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC5/IC56.pdf)  
Acesso em: 15 abr. 2014

SILVA, G. B.. Ler, Interpretar e Compreender o Texto Histórico: da fala para a escrita, o aparecimento do discurso como acontecimento. Cadernos do Tempo Presente, Edição n. 10, 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.getempo.org/images/ed10/Artigo\\_1\\_-\\_PDF.pdf](http://www.getempo.org/images/ed10/Artigo_1_-_PDF.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2014